



Conferência Preparatória da **CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO A CIDADE**

Data 27.04.2022

Organização: FÓRUM DE TRABALHO SOCIAL DE SÃO PAULO.

TEMA: **Crise Urbana e as Desigualdades sociais: as encruzilhadas do trabalho social**

Link de **acesso:**
https://www.youtube.com/watch?v=R9NmR3Wsa74&ab_channel=Confer%C3%AanciaPopuIarpeLoDireito%C3%A0Cidade

Presentes

Grupos e profissionais: Nemos; Gep_Cihb PPGSS/Ufpa; profissionais de Habi Carapicuíba; PPG-FAU-UNB; UFPA; GPPUMA/PPGSS-UFPA; profissionais de SEHAB-SP e Movimento Sem Terra Leste 1; Fórum de Trabalho Social; [18:52, 29/04/2022] UNMP -BA ; Fórum de Pós Ocupação de HIS -BA

Palavras chaves

Trabalho social; articulação; território; políticas públicas; movimentos sociais.

Número de participantes: 62

Principais questões discutidas

Trabalho Social é também um trabalho militante.

Crise urbana é uma crise das relações capitalistas e de disputa do fundo público; também é uma crise democrática que tem levado ao desmonte de políticas e privatizações sem precedentes. É uma crise marcada pelas ausências (de Estado, de políticas, de direitos, e de democracia) De aprofundamento das desigualdades de classe, gênero e racial, inter e intra urbana.

Momento em que o ódio aos pobres se manifestam de diversas maneiras

Para além de emprego e renda, a segregação urbana e ambiental é promotora das desigualdades.

Criminalização das lutas é uma constante; quem tem o poder de tomar decisões está longe de quem vai usufruir das políticas no território.

Trabalho social precisa ser discutido nos marcos da democratização.

Não existe política urbana sem sistema nacional e acesso ao fundo público

Com o desmonte das políticas o trabalho social que era componente constitutivo da política foi sendo desidratado.

Convocações para o trabalho social atualizam convocações conservadoras que nos acompanham historicamente; uma visão assistencialista de ajuda aos mais pobres; de controle social- disciplina e repressão às camadas populares.

Fragilidade que institucionais aparecem nos territórios – sobrecarrega a política assistencial onde não há políticas habitacionais. Voltamos 30 ou 40 anos. São profissionais que estão na atenção básica da assistência que tem trabalhado as questões habitacionais

Precisamos dar visibilidade para o trabalho social. Os municípios perderam o protagonismo em muitos lugares, mas há municípios construindo políticas e desenvolvendo trabalho social que não é o trabalho dos manuais e das “caixinhas” .

Importante destacar que se trata de trabalhadoras sociais precarizadas.

Temos que ter cuidado com a adequação às normas. As normas excluíram as diversidades e as necessidades populares

Conquistas

Movimentos sociais no Brasil conseguiram se articular na pandemia, juntar pautas e fazer um enfrentamento unificado, por exemplo, na Campanha Despejo Zero.

Projeto de lei da autogestão foi entregue na Câmara dos deputados; essa proposta define o protagonismo dos movimentos populares e associações de moradia na operação de várias políticas, inclusive na regularização, nas melhorias.

PROPOSTAS

1. Disputar os recursos públicos para viabilizar políticas urbanas articuladas
2. Política habitacional que vá além da construção de novas moradias, mas que seja integrada com as demais políticas, no território, superando as “caixinhas” que separam saúde, educação, geração de renda, etc.
3. Defesa de cidades que incluam a partir de jeitos diversos de usar os espaços públicos, os espaços comuns, as ruas.
4. Defesa de políticas urbanas que reconheçam as diferenças regionais e a necessidade de transversalidade com as políticas relacionadas à população em situação de rua e as questões étnico-raciais bem como as necessidades habitacionais; Reafirmar que a política de habitação é direito da população e obrigação do Estado.
5. Defesa da participação social efetiva e não instrumental.
6. Defesa do trabalho social como componente fundamental da política habitacional e da política urbana: é processo de trabalho em território, que deve abarcar uma diversidade de estratégias de ação e de articulação e integração das políticas no território. Sempre articulado com as lutas populares no território, fortalecendo a organização e a participação social.
7. Defesa de retomada de financiamento para execução do trabalho social.

Em relação às especificidades do trabalho social:

8. Fortalecer as autonomias no território, construir redes sociais efetivas de colaboração, de vizinhança.

9. Trabalho social construído junto com a comunidade de tal modo que deixe de ser necessário pelo próprio fortalecimento comunitário

10. Década de 80 formulamos uma proposta de trabalho social, comprometido com as lutas populares. Hoje vivemos um momento de muita resistência e de construção de alianças no trabalho social. Precisamos ir para além do campo do trabalho técnico social e se articular com as lutas populares presentes nos diferentes territorialidades.

11. Pensar o trabalho social que não reproduza o familismo e que reconheça as pautas LGBTQIA +; que não reproduza perspectivas subalternas e subalternizadas.

12. Pensar o que significam as estratégias de trabalho social em termos de articulação territorial; como podemos aprender com as lutas populares e também de algumas políticas - como a de saúde mental, que reconhece saberes e práticas territoriais e cria redes.

13. Levantar dados intersetoriais que demonstrem as expressões da desigualdade nas regiões do Brasil e o que está sendo demandado para o trabalho social nos diferentes territórios;

14. Conhecer e divulgar as estratégias cotidianas desenvolvidas pelos profissionais nas equipes de trabalho social

15. Convidar profissionais e entidades para criação de novos Fóruns de Trabalho Social como espaços de construção de ação conjunta, espaço de articulação da academia com profissionais da ponta e movimentos sociais.

Principais formas de organização e luta que já acontecem ou necessárias para concretizar estas propostas.

1. Articulação com movimentos sociais de luta pelo direito a moradia e a cidade
2. Articulação entre pesquisa e luta política, academia e movimentos sociais.
3. Luta pela retomada dos espaços de participação direta na formulação e controle da política pública e uso do fundo público.
4. Convite para criação de Fóruns de trabalho social em outras regiões.